

RECURSO ESPECIAL Nº 1.744.545 - SP (2018/0130075-4)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : **ADAIR DELBIANCO**
ADVOGADO : **OSMAR RAMOS TOCANTINS NETO (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA) - SP214601**
RECORRIDO : **BANCO CSF S/A**
ADVOGADO : **RODRIGO AYRES MARTINS DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP326722**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional em face de acórdão proferido pelo Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ Fl. 154):

"Ação de Consignatória c.c Revisional - Cartão Carrefour - Cerceamento de defesa afastada - ante a desnecessidade da prova pericial - Capitalização de juros - Inexistência - Recurso improvido.

Não foram opostos embargos de declaração.

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação dos arts. 52 da Lei n.º 8.078/99, 4º do Decreto n.º 22.262/33, 5º da Medida Provisória n.º 36/2001, além de divergência jurisprudencial. Sustenta, em síntese, que deve ser afastada a incidência de juros de mora de forma capitalizada, *"mormente por que o contrato não estabeleceu qualquer parâmetro"* (fl. 166).

Apresentadas contrarrazões às fls. 200/207.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, cumpre salientar que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do novo CPC, motivo pelo qual o presente recurso será examinado à luz do Enunciado Administrativo nº 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

O inconformismo não merece prosperar.

A Corte de origem decidiu que *"no sistema de cartão de crédito (ou de compras) não há capitalização, pois os juros são cobrados mensalmente sobre o saldo financiado da fatura, de modo a constituir novo débito, caso não liquidado na íntegra"* (fl. 157).

Nesse contexto, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, no sentido de que aferir se há ou não capitalização, bem como verificar a inexistência de pactuação no contrato celebrado entre as partes, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, especialmente do contrato, providência vedada em recurso especial, conforme os óbices previstos nas Súmulas 5 e 7/STJ.

Em reforço:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE CANCELAMENTO DE DÉBITO. EMPRÉSTIMO BANCÁRIO. CARTÃO DE CRÉDITO. REEXAME DE PROVA. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULA 5 E 7 DO STJ. FUNDAMENTOS NÃO COMBATIDOS. ENUNCIADO 182 DA SÚMULA DO STJ.

1. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória e a interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas 5 e 7/STJ).

2. "É inviável o agravo do art. 543 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada" (Enunciado 182 da Súmula do STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1016728/MG, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 06/10/2017)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. CARTÃO DE CRÉDITO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. NÃO OCORRÊNCIA. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. No caso, a alteração da conclusão do Tribunal de origem de que não há capitalização de juros no contrato em questão demandaria a interpretação de cláusula contratual e o reexame do conjunto fático-probatório dos autos. Incidência das Súmulas 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1557543/SP, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 14/06/2017)

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator

